

===== **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DESCENTRALIZADA DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, REALIZADA NO DIA 26 DE SETEMBRO DE 2024:** *Aos vinte e seis dias do mês de setembro do ano dois mil e vinte e quatro, no Salão Nobre da Junta de Freguesia de Cucujães, em Vila de Cucujães, sito à Rua do Mosteiro nº 2229, reuniu ordinariamente, o Executivo Municipal, sob a Presidência do Senhor Vice-presidente da Câmara Municipal **Rui Jorge da Silva Luzes Cabral**, encontrando-se presentes os/as seguintes Vereadores/as: **Inês Dias Lamego, Hélder Martinho Valente Simões, Ana Filipa Pinho de Oliveira, Rogério Miguel Marques Ribeiro, Carla Maria de Pinho Rodrigues, José Domingos Campos da Silva e Joana Sofia da Silva Ferreira.*** =====

===== *Secretariou a presente reunião, a Assistente Técnica, Ana Cristina Silva Almeida Nascimento Ferreira.* =====

===== *Não participou na reunião o Senhor Presidente da Câmara Municipal Joaquim Jorge Ferreira, falta essa considerada justificada.* =====

===== *Depois de todos/as terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente em exercício declarou aberta a reunião eram 09h e 39m, dando assim início à mesma.* =====

===== **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**=====

===== *Intervenção do **Senhor Presidente em exercício**: Muito bom dia a todas e a todos, aos meus colegas de executivo, ao público aqui presente, à comunicação social e a quem nos ouve lá em casa. E uma palavra muito especial de agradecimento, à Junta de Freguesia de Cucujães, por nos receber hoje aqui. Dava a palavra ao Senhor Presidente - **Simão Godinho**, para nos dar uma nota de abertura desta reunião.* =====

===== *O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cucujães - **Simão Godinho**: Apresentou cumprimentos a todos os presentes e referiu que é com grande prazer que recebe, mais uma vez, a realização de uma Reunião descentralizada da Câmara.* =====

===== *Intervenção do **Senhor Presidente em exercício** (gravação 00:01:25): Sejam bem-vindos a esta Reunião de Câmara descentralizada, Como temos feito durante o mandato: visitando todas as nossas freguesias, conhecendo-as melhor, e damos oportunidade também a todos os oliveirenses, nas diversas freguesias, de estarem mais perto destas reuniões públicas. É sempre importante conhecer as dinâmicas do poder autárquico. Estamos numa grande Vila do concelho de Oliveira de Azeméis, tem cerca de quase 11 km², é atravessada pelo Rio Ul, pela Linha do Vale do Vouga que, tanto se tem falado da sua requalificação, muito recentemente. Tem também uma população, de acordo com os censos de 2021, quase 10.000 mil habitantes, 9.963. À semelhança de toda esta região, a fundação de Cucujães confunde-se*

com a fundação da nossa nacionalidade. Foi a 7 julho de 1139 que Dom Afonso Henriques concedeu ao Mosteiro de Cucujães, nessa altura com existência o “Couto” do mesmo nome, nas pessoas de Dom Martinho e Dom Egas Ortoriz. Tem também uma ponte muito famosa, a Ponte de Pica do XIV. E por Decreto de 11 de junho de 1927, foi elevada à categoria de Vila com o nome de Vila de Cucujães. Tem um conjunto significativo de indústria e comércio. O movimento associativo é muito forte, recreativo e desportivo. Tem um Núcleo da Cruz Vermelha e IPSS que prestam um excelente apoio à comunidade de Cucujães, e não só, aqui desta região. É uma honra, para nós, estarmos aqui mais próximo de vós nesta Reunião de Câmara. Uma Reunião de Câmara que, conforme já foi também referido esta semana na Assembleia Municipal, que aconteceu também ela descentralizada, em Nogueira do Cravo., é a Reunião depois dos trágicos incêndios da semana passada que nos afetaram bastante e aos Municípios nossos vizinhos e também muitos Municípios do Norte e do centro do país sofreram bastante com estes incêndios. Queria aqui dar novamente, é a primeira Reunião de Câmara depois desses trágicos acontecimentos no país, uma nota de grande pesar e grande tristeza pelo que aconteceu. Um incêndio, de facto, com características extremas. As operações ocorreram de forma coordenada, dentro do possível. Portanto, foram tomadas todas as decisões com a antecipação possível também, como o caso da evacuação do hotel do Vale do Rio, também de um Centro de Dia em Macinhata da Seixa. Num teatro de operações com esta dimensão, nós tivemos aqui muitas corporações de bombeiros, além das nossas de Oliveira de Azeméis e Fajões, tivemos mais de 600 homens empenhados, mais de 200 viaturas. Tivemos também meios aéreos que combateram o incêndio em várias frentes, principalmente nas Freguesias de Macinhata da Seixa, Travanca, Pinheiro da Bemposta, Palmaz e Ossela; Freguesias que sofreram bastante com estes incêndios. Uma área ardida de quase 20% do nosso território florestal, arderam-nos cerca de 2.100 hectares. Portanto, lamentar todas essas perdas. Infelizmente, perdemos uma habitação de primeira residência. Não perdemos vidas, no combate direto ao incêndio. Temos a lamentar os bombeiros feridos e temos a lamentar também o bombeiro João, de São Mamede de Infesta, que faleceu, não no combate direto, mas por um problema de saúde, quando estava em Oliveira de Azeméis. Agradecer o excelente trabalho de todos os agentes da Proteção Civil - da Autoridade Nacional da Proteção Civil; do Comando Sub-Regional da AMP; dos Bombeiros - conforme referi; das forças da Autoridade; da Cruz Vermelha Portuguesa; das Juntas de Freguesia; dos populares, que ajudaram; da GNR; todos os funcionários da Autarquia; os diversos autarcas - todos desempenharam um papel fundamental; As pessoas, que doaram bens para os nossos bombeiros, que ajudaram também no combate nas suas localidades. Todos foram importantes para que a dimensão da tragédia não fosse maior. Dar essa nota e lamentar também, noutras localidades deste país, as mortes que aconteceram e as dificuldades das pessoas que perderam também muitos bens (casas) e vidas. Era essa nota, que vos queria dar, de pesar e de agradecimento. Queria dar também mais algumas notas: Referir que, a CPCJ de Oliveira de Azeméis, realizou, no passado dia 20 de setembro, o seu primeiro encontro. Um encontro que marcou os 30 de atividade da CPCJ de Oliveira de Azeméis, no TeMA, dia completo de grandes

intervenções, de reflexão e de celebração desta grande e importante estrutura que temos em Oliveira de Azeméis. Também dizer-vos que, conforme já foi publicitado nas nossas redes sociais, devido aos incêndios e à dificuldade que tivemos em preparar e também devido à proximidade, adiamos para 12 e 13 de outubro o Há Festa na Aldeia. Também dar nota que, no passado sábado, aconteceu mais uma Gala, em São Roque, a 23ª Gala de Prémios de Mérito dos Rotary. Agradecer ao Rotary este evento, que agraciou 8 alunos do 9º ano; 4 do 12º; 5 do Ensino Profissional e 2 de Ensino superior, num total de 19 alunos, que com estes Prémios de Mérito são de facto um exemplo para a comunidade. Também dizer e convidar-vos, na última Reunião de Câmara falámos no Castro de Ul, apesar da chuva que nos veio complicar, a campanha de escavações que está a acontecer, se quiserem, na próxima semana, podem passar no Castro de Ul para visitar os trabalhos - os arqueólogos que estão a proceder a esses trabalhos no Castro de Ul. E porque estamos na Freguesia de Cucujães, queria também aqui dar nota de algumas importantes obras que nos últimos anos foram aqui realizadas: requalificação da EBS Doutor Ferreira da Silva; Anfiteatro ao Ar Livre; requalificação da Escola do Picoto, não uma requalificação integral, mas de grandes melhorias a nível da colocação de blackouts, arranjos dos espaços exteriores, parte do jardim, a colocação de um parque infantil; requalificação da Rua do Mosteiro; o novo Quartel da GNR, há muitos anos falado, é uma realidade também que aconteceu nos últimos anos; o Albergue de Peregrinos; a requalificação da Avenida do Bessa está a acontecer, que parou agora uns dias mas tenho informação de que vai retomar nos próximos dias; a requalificação da zona envolvente ao Museu Regional, que também está adjudicada e vai iniciar; dezenas de ruas pavimentadas; apoio à construção de novas casas de banho e espaço de venda junto à Igreja; o apoio que demos às obras da Casa Paroquial; apoio também da requalificação da Sede do NAC; a execução de vários passeios; o melhoramento do Complexo Desportivo Municipal, saliento a cobertura na bancada; também o forte investimento que fizemos ultimamente na expansão das redes de água e saneamento e também no alargamento de vias; e o investimento que temos feito, não só em Cucujães, mas no Concelho, que é a mudança da iluminação pública para leds. Eram estas as notas que eu vos queria dar, antes de abrir o Período de Antes da Ordem do Dia. =====

*===== Intervenção da Senhora Vereadora **Carla Rodrigues** (gravação 00:12:36): Muito bom dia a todos, Senhor Vice-Presidente, caros colegas Vereadores, colaboradores da Autarquia. comunicação social e público presente. Cumprimento, também, de uma forma muito especial, o Executivo da Junta de Freguesia de Cucujães, na pessoa do Senhor Presidente, Simão Godinho, e os colaboradores desta Junta de Freguesia, que que nos receberam. Dizer que, é um gosto especial para mim estar nesta Reunião de Câmara, na minha Freguesia, e especialmente nesta sala onde durante 12 anos presidi às Assembleias de Freguesia de Cucujães, com muita honra. Senhor Presidente em exercício, de facto, trouxe aqui o tema dos incêndios. Há uma semana que nós fomos assolados, por esta tragédia, o nosso concelho, mas também o nosso país, a nossa região, por esta tragédia dos incêndios. Realmente ninguém ficou*

indiferente, porque todos de uma forma ou de outra sentimos o pesar, o sofrimento, a dor, de ver o nosso território a arder. Eu tenho que deixar aqui um reparo e um reparo veemente - É uma pena o Senhor Presidente da Câmara não estar cá hoje. Porque, na última Assembleia Municipal, em resposta a uma munícipe vítima dos incêndios que perdeu o seu sustento, as suas plantações, as suas alfaias, o Senhor Presidente respondeu-lhe que: “Somos todos vítimas dos incêndios.” E nós temos que deixar aqui esta nota, porque isso demonstra uma profunda falta de empatia com o sofrimento das verdadeiras vítimas dos incêndios, é até uma falta de consideração com essas vítimas. Porque é óbvio que todos fomos afetados pelos incêndios. Todos assistimos ao sofrimento. Todos ficámos angustiados, preocupados. Todos ficámos mais pobres, porque perdemos mancha florestal do nosso território. Mas não fomos todos vítimas dos incêndios. Eu não perdi o meu sustento. Não vi a minha casa ameaçada pelas chamas. Não perdi a minha floresta. Não perdi as minhas plantações. Nem eu, nem nenhum de nós, creio. Dizer que somos vítimas, tal como essas pessoas, é desrespeitar o sofrimento e a dor dessas pessoas. Deixar aqui esta nota de profundo respeito dos Vereadores do PSD para com as verdadeiras vítimas dos incêndios, que perderam muito, que sofreram muito, que viveram a angústia, pessoas que, abandonaram as suas casas sem saberem se podiam regressar ou se algum dia tinham casa para regressar; pessoas que perderam a sua floresta, que era o seu ganha pão, as suas culturas, as suas produções agrícolas, as suas alfaias, que viveram a angústia e o sofrimento de verem as chamas às portas da sua casa e que sofreram - muitos na pele com danos físicos, com ferimentos a lamentar; com uma vítima mortal, como também já aqui o Senhor Vice-presidente disse, que também lamentamos, não só no nosso território, mas lamentamos também profundamente as vítimas de todo o território nacional durante este período fatídico. São essas vítimas que merecem o nosso respeito e a nossa solidariedade - e que gostaríamos de deixar aqui bem expresso. Em relação a essas vítimas, Senhor Vice-presidente, a Autarquia tem um papel fundamental, agora no apoio a essas vítimas. Nós sabemos que hoje o Governo está reunido em Conselho de Ministros e provavelmente sairão novidades sobre o apoio concreto às vítimas dos incêndios. Estas vítimas precisam de ter alguma informação, precisam de ter alguma orientação por parte da Câmara Municipal. A Câmara Municipal até ao momento: a esmagadora maioria dessas vítimas, não foi contactada - não sei se alguém o foi? - não têm nenhuma informação. E precisam de começar a reconstruir a sua vida. Precisam de renascer das cinzas, porque têm que voltar a reparar aquilo que foi danificado: canalizações; bombas de extração de água; plantações; vedações; postes de iluminação, um sem número de coisas; têm que readquirir novas alfaias agrícolas; têm de voltar a cultivar os terrenos; têm que voltar a plantar as suas árvores; têm que recomeçar com a sua vida. Felizmente, não temos perda de habitações. Tivemos uma casa perdida, apenas, que é de lamentar. Mas, perante outras tragédias noutros concelhos, de facto, não tivemos esse flagelo. Mas temos outros. E essas pessoas precisam de informação. A Câmara Municipal, sabemos que terá um papel muito importante, até porque, na última Assembleia, o Senhor Presidente disse que: ” já foi criada uma equipa multidisciplinar”. Nós gostaríamos de saber: quem é compõe essa equipa multidisciplinar? E se essa equipa multidisciplinar já está a

trabalhar? Porque realmente ainda não temos as orientações sobre os apoios que vão chegar às populações. Mas, uma coisa é certa: o levantamento dos prejuízos sabemos que têm de ser feitos. E esse levantamento dos prejuízos já devia estar a ser feito, por essa equipa multidisciplinar. Porque cabe à Câmara Municipal, em parceria com as Juntas de Freguesia, e em parceria provavelmente com a CCDRN e outras entidades, fazer esse levantamento, dar informação às pessoas onde é que elas têm que se dirigir para fazer esse levantamento imediatamente, para que as pessoas possam recomeçar as suas vidas e depois possam receber os apoios que o Estado dará e serão bem-vindos. Mas esse trabalho tem que ser feito imediatamente. Porque as vidas destas pessoas estão em suspenso, o incêndio parou há sensivelmente uma semana, e precisam de recomeçar a sua vida. Também há outras situações como, por exemplo: a maior parte dos territórios ardidos estão sem telecomunicações, arderam os cabos das operadoras de televisão, das operadoras de telecomunicações. É preciso também que a Autarquia faça esse levantamento para, também com o poder que tem, exigir junto destas entidades a reparação dessas estruturas. É preciso também fazer um levantamento - não sei se a Autarquia já fez, se fez também gostaríamos de informação - sobre os equipamentos públicos que foram danificados e a sua previsão de reparação. Além destas situações, é preciso também ouvir as pessoas, sobretudo para fazer um balanço sobre algumas situações que não correram bem e que a Autarquia tem que agir. Dou aqui a título de exemplo: algumas bocas de incêndio que, não tinham água, não estavam a funcionar. É preciso ver o que é que se passa. Porque é nestes momentos de tragédia que elas são necessárias. Algumas soluções urbanísticas do nosso território e da nossa rede viária que se revelaram extremamente prejudiciais à atuação dos bombeiros. Nós temos no nosso território, é preciso ver isso, algumas soluções-tipo espécies de rotundas, ou de lágrimas, que dificultaram imenso a operação dos carros de bombeiros, que são viaturas de grandes dimensões. Convém, nós olharmos para isso e, facilitarmos, sobretudo nestas zonas de maior mancha florestal, retirarmos estes impedimentos que foram impedimentos para a atuação mais rápida dos bombeiros. E isso, nada melhor do que falar com as populações que assistiram a tudo isto e que nos fizeram chegar essas preocupações. De facto, têm de ser ouvidas as populações, para melhorarmos estas situações para futuro. Muito embora, desejemos todos que tal não volte a acontecer. Mas estarmos preparados. Porque não há nada mais importante do que a prevenção. Porque depois surgindo estes incêndios e, como nós sabemos, com a violência com este incêndio surgiu e com a conjugação de fatores ambientais, climatéricos, de facto, mesmo com toda a prevenção seria muito difícil evitar a voracidade e a violência deste incêndio. Foi toda uma conjugação de fatores que desencadeou este fenómeno extraordinário e terrível que nos assolou. Portanto, deixar estas preocupações. Deixar à Câmara Municipal este alerta para que vá imediatamente para o terreno e para que preste informação às populações, até para as pessoas terem um horizonte temporal, ficarem mais tranquilas e mais sossegadas, e perceberem o que é que têm que fazer para seguir com a sua vida para a frente. Isto cabe, necessariamente à Câmara Municipal, fazê-lo. Para finalizar, deixamos também um grande agradecimento e reconhecimento ao trabalho dos nossos Bombeiros, ao trabalho de toda a Proteção Civil, ao trabalho dos nossos Autarcas que

estiveram no terreno com as populações, ao trabalho de tantas Associações que prestaram apoio, e também a tantos anónimos cidadãos que estiveram no combate direto às chamas e puseram a sua vida e a sua saúde em risco para socorrer também os outros e salvar o nosso território. Deixamos aqui esta homenagem a estas pessoas valentes e corajosas que aturam durante este período difícil. Senhor Presidente, trazia aqui também outro assunto relacionado com Cucujães, uma vez que estamos aqui nesta Freguesia. O Senhor Vice-presidente, fez um elenco das obras realizadas em Cucujães ao longo dos anos. - referiu o Anfiteatro ao Ar Livre. Mas o Anfiteatro ao Ar Livre não está concluído. Também gostaria de saber, se há alguma previsão, porque há um litígio com o empreiteiro e aquela obra está empancada há anos - Se há alguma previsão? Porque o Anfiteatro ao Ar Livre, não está concluído, não está requalificado, não está ao serviço dos cucujanenses. Gostaria de falar também da Avenida do Bessa. O Senhor Vice-Presidente disse que: parou uns dias. Ela não parou uns dias, ela está parada já há demasiado tempo. De facto, a intervenção é necessária, era urgente, retiraram-se as árvores e depois ficou tudo, intransitável, pior do que estava antes. Isto está assim há semanas. As empreitadas quando começam têm que acabar. Portanto, tem que haver uma sequência. Não é, arrancam-se as árvores, deixa-se tudo rebentado, tudo esventrado cheio de pó e terra. Os passeios intransponíveis, porque já não há passeios, há montes de terra, portanto, as pessoas têm que circular na estrada. E, não se vê ali um empreiteiro, não há resultado. Isto não pode ser assim. As obras começam, continuam e acabam. De facto, tivemos este período todo com muito pó, uma situação intransponível, uma situação incomportável, até porque é uma zona com muitos negócios e com muita passagem de pessoas, e agora temos a lama. Quando eu digo passagem pessoas tenho de referir também a Escola do Picoto, que é uma das escolas mais movimentadas desta Freguesia e talvez das mais movimentadas do concelho, esta obra coincidiu precisamente com a abertura do ano escolar. Estas crianças vieram para a escola e estes pais vieram trazer os seus filhos para o 1º ano da escola, e para o 2º; e para o 3º, e para o 4º, mas vieram trazer os seus filhos e chegaram ali e tinham um monte de terra à porta, não houve sequer o cuidado de preparar a entrada da escola para a abertura do ano letivo. É urgente mesmo, é urgente que se prossiga com esta empreitada, sobretudo aqui nesta zona da escola porque é uma zona frequentada por crianças pequenas e o perigo está ali à espreita. Outra coisa que eu gostaria de chamar à atenção, é que foi retirado o ecoponto que estava na frente desta escola. É obvio que, foi retirado porque o passeio está esventrado. Mas tem de se encontrar uma solução porque faz imensa falta ali aquele ecoponto. A escola todos os dias tem papel, embalagens de iogurtes, de leite, de tanta coisa. O que é que eles fazem a estes resíduos? Se não pode estar o ecoponto no passeio, porque o passeio não está transitável, que se encontre uma solução transitória dentro da escola porque é uma escola que produz muitos resíduos. E nós, queremos todos, obviamente, que a recolha seletiva seja um hábito. Portanto, é necessário que se veja esta situação ali naquela escola. Depois temos aqui outras situações também com a escola Cucujães, mas depois a Senhora Vereadora Joana Ferreira falará. Para já, de momento, da minha parte era tudo. =====

=====
*Intervenção da Senhora Vereadora **Joana Ferreira** (gravação 00:27:05): Muito bom dia, Senhor Presidente em exercício. Bom dia aos meus caros colegas Vereadores e a todos os que aqui estão presentes e aos que nos acompanham lá em casa. E hoje, em especial, permitam-me, em nome do Senhor Presidente da Junta de Freguesia Cucujães, cumprimentar todos os cucujanenses, que é onde nós estamos com muita satisfação e nos recebe sempre tão bem. Continuando estas questões e, como é nosso hábito, nós, desde a última Reunião de Câmara até hoje, já conseguimos visitar mais dois Agrupamentos de Escolas. Um deles, o Agrupamento de Escolas Doutor Ferreira da Silva, onde tem sediadas várias escolas aqui em Cucujães. Nós começamos a entender e a perceber, e isto obviamente é do vosso conhecimento, e não vimos aqui apelar à vossa sensibilidade, porque vocês também são sensíveis a estas questões; mas nós, de escola para escola, de Agrupamento para Agrupamento, percebemos o quão grave está a falta de assistentes operacionais, e isto porquê? Porque nós entendemos que: mesmo cumprindo os rácios - neste momento sabemos que há as baixas de curta-duração, baixas de longa-duração e que os próprios rácios não estão cumpridos - nós temos aqui uma série de especificidades de escola para escola, nomeadamente e, alguns casos gravíssimos de alunos com necessidades, eu não diria: só educativas especiais, eu diria: alunos com necessidades de saúde especiais, que precisam efetivamente de assistentes operacionais a tempo inteiro com estes alunos. Não vamos discutir aqui se este é o melhor ou pior para estas crianças. Não é disto que nós estamos aqui a abordar. Mas sendo aquilo que é a realidade neste momento, nós temos que efetivamente olhar com outro olhar. Porque, me preocupa, sinceramente. Vocês conhecem-me. Eu não estou a dizer isto da boca para fora. Eu conheço a realidade destas crianças não só em casa, mas na rua. Eu percebo a ansiedade que provoca a pessoas que não são da área da saúde. Nós estamos a falar de crianças com sondas nasogástricas; Estamos a falar de crianças que têm indicies altos de convulsões. Assistir a uma crise convulsiva é muito violento. Saber o que fazer, também o é. E quando uma pessoa está em pânico não é assim tão simples. Para além desta criação de assistentes operacionais, de mudarmos os rácios, eu sugeria também nós mudarmos e percebermos quem em é que tem o perfil mais adequado para estar junto destas crianças. Porque nós não queremos, obviamente, que uma assistente operacional em casa já esteja nervosa antes de ir para a escola porque vai passar o dia em stress junto destas crianças. Deixo aqui este apelo - que eu sei que não é fácil. E gostava, mais uma vez, e eu falei nisto há cerca de 2 anos - E isto é uma visão. Eu sei que é uma visão muito própria. Mas volto a trazer o exemplo dos hospitais: os hospitais têm equipas de substituição, que têm horários definidos, e que são equipas que entram diariamente onde são necessárias. Ou seja, é uma espécie de uma bolsa que é criada, porque nós sabemos que todos os dias há falhas nas escolas, nos assistentes operacionais, e então criamos uma pequena bolsa de alocação para nós conseguirmos entender que: e eu digo muitas vezes isto. Se o Diretor da Escola falta, porque está doente. Ele é muito importante. Mas um dia não vai fazer grande diferença porque as coisas à partida estão muito bem oleadas. Se um assistente operacional falta um dia, o setor daquele assistente operacional vai estar encerrado porque aquela pessoa não está. Nós muitas vezes temos que olhar para isto com este critério e entendermos que:*

termos escolas em que os recreios não são vigiados, porque não há assistentes operacionais suficientes, é grave e é preocupante. Nós devíamos perceber e olhar para isto e, sim, nós percebemos que as bolsas esgotam e há critérios que temos de seguir. Se calhar devíamos olhar para as bolsas de outra forma, criar outro número. Não faço a mínima ideia. Esse é um problema que é vosso. Eu venho trazer aqui esta preocupação porque, no início do ano parece que é algo que já natural. Até nos dizem: «nós somos uma equipa 11, se tivermos só 7 vamos jogar na mesma.» As coisas acontecem. As crianças entram na mesma, nas escolas. Isto é algo que nos preocupa e a vocês também, que eu sei. E, portanto, é encontrarmos aqui uma solução que consiga, de alguma forma, da resposta àquilo que é o bem-estar das nossas crianças. Nós fomos visitar o Agrupamento Doutor Ferreira da Silva: E trazemos, como é óbvio, a preocupação da reabilitação do pavilhão que, nós sabemos, está há anos a aguardar a sua reabilitação. E nós que promovemos tanto e nos preocupamos tanto - e quando digo: nós, somos todos - com o bem-estar das crianças, com a prática desportiva, com a sua saúde, temos que criar condições para que isto aconteça de forma natural dentro das escolas. Eu sei que está na nossa agenda. Mas estou a cumprir também aquilo que é o nosso papel e a nossa obrigação de vos lembrar do quão importante isto é para as crianças que frequentam esta escola diariamente. Dentro daquilo que é, por exemplo, o Agrupamento Ferreira de Castro: em que, as preocupações com as assistentes operacionais são as mesmas; mas aqui preocupou-nos, e já falámos sobre isto também, o estado em que está a Escola de Lações. Nós esta semana tivemos acesso, em primeira mão, a algumas das salas: os tetos, o chão, aquilo está, como vocês sabem, impraticável de qualquer aula funcionar naquele meio. Por favor, eu sei que também há muita coisa que não depende de vocês, mas, sejamos céleres em criarmos as melhores condições para estas crianças, podem ser os nossos filhos ou não, são crianças e merecem sempre a nossa maior preocupação e o nosso melhor cuidado. Que sejamos incisivos e assertivos com quem tenhamos que ser para que as coisas aconteçam. Saíndo agora um pouco deste âmbito da Educação, mas mantendo-me também nas crianças, as Piscinas Municipais: Isto, digo-o em primeira mão, porque recebi um email das Piscinas Municipais a informar que: as Piscinas Municipais, não vão abrir, como previsto, no início de outubro. Portanto, já estão a adiar para a segunda quinzena. Já estão a adiar a mensalidade paga para novembro. Isto já sou eu: se calhar não vai abrir na segunda quinzena de outubro, espero que sim, Senhor Vereador Hélder Simões. Nós depois temos que lidar com as expectativas das crianças. Pelo que eu percebi, há uma tela que está a ser substituída, não faço a mínima ideia, mas a Piscina está novamente em obras, certo? Estamos novamente no início do ano letivo quando é suposto, começarem todas as atividades, entrarmos nas rotinas habituais, definirmos os horários, conseguirmos encontrar resposta para tudo. E mais uma vez, quando estamos prestes a iniciar, que é no início de outubro, recebemos um email na semana anterior. E não nos foi informado, à data da inscrição, aquilo que estava a acontecer. É só mesmo perguntar: ponto de situação? O que é que está previsto? Se efetivamente vamos começar outra vez de 15 em 15 dias a adiar, ou se é algo que é sério? Não vamos estar aqui a brincar com logística das famílias e com as expectativas das crianças. Obrigada. =====

=====
*Intervenção do Senhor Vereador **José Campos** (gravação 00:35:00): Bom dia a todos, colegas Vereadores, público aqui presente, e um cumprimento especial aos cucujanenses. Neste mandato é a segunda vez que cá vimos. E somos sempre muito bem-recebidos. É um gosto estar aqui em Cucujães. Uma questão muito rápida, nos últimos dias, a nós, Vereadores do PSD, têm-nos feito chegar, vindo de vários moradores, mais do que um, queixas e relatos de insatisfação, que também já são recorrentes, sobre a situação da ETAR do Salgueiro, nomeadamente o mau cheiro que tem sido uma constante novamente nos últimos tempos e que, em algumas alturas, segundo o que nos tem sido dito, é bastante persistente e ao longo o dia, não só uma parte do dia, mas ao longo de todo o dia. Como disse: esta situação já é recorrente. São questões recorrentes, não são de agora, mas, de facto, estão a tornar-se insustentáveis para os moradores, para os negócios, para a atividade económica que ali se desenrola. E chamo também a atenção que, ali perto da ETAR temos a Escola da Ponte. Também eles, seguramente, os seus funcionários, os seus alunos, a escola em si, a comunidade escolar também sofre as consequências deste problema ambiental. A pergunta que quero fazer ou as perguntas que quero fazer são sempre as mesmas, no fundo, já as fizemos, mas que continuam a merecer resposta e a merecer uma resposta da parte da Câmara Municipal: A primeira questão tem a ver com: saber se estas recentes queixas que nos fizeram chegar, se também têm conhecimento delas? Se têm conhecimento da situação atual? E depois, percebendo todos nós que, provavelmente, a resolução final do problema só acontecerá quando as obras de requalificação da ETAR venham a ser uma realidade. Mas, como neste momento essas obras de qualificação da ETAR não são uma realidade e também não sabemos quando é que vão ser uma realidade - Perceber, o que é a Câmara Municipal tem feito e pode fazer para, até essas obras serem uma realidade, minorar este problema ambiental? Que, de facto, não dignifica Oliveira de Azeméis e, sobretudo, prejudica muito os moradores, os negócios, e a comunidade escolar daquela zona.* =====

=====
*Intervenção do Senhor Vereador **Hélder Simões** (gravação 00:38:00): Muito bom dia a todos e todas. Um cumprimento especial ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cucujães, que nos recebe, a todos os cucujanenses e a todos aqueles que nos ouvem lá em casa. Antes de dar resposta a algumas questões que foram colocadas. Queria dar uma informação, que tem a ver e está relacionada com a conjuntura que vivemos na semana passada de incêndios, que nos afetou a todos. Efetivamente, a Câmara Municipal, desde a primeira hora, não obstante ter estado no terreno, obviamente que importa agora é começar a trabalhar na mitigação de um conjunto de situações. E, proactivamente, nós, durante o fim de semana, solicitámos à concessionária, à Indáqua, que avaliasse a possível expansão daquilo que é uma obrigação contratual da Indáqua de fornecer gratuitamente água no combate a incêndios, neste caso, das bocas de incêndio, todo o sistema de combate a incêndios que está de implementado que fosse extensivo a todos aqueles municípios que se viram confrontados com esta situação. Prontamente, a concessionária anuiu. E muito brevemente estará disponível informação, por parte da concessionária, de como é que os municípios afetados.... Obviamente*

que haverá aqui algum tipo de análise. Mas, nas Freguesias afetadas de Macinhata da Seixa, Palmaz, e Ossela, a concessionária vai isentar tudo aquilo que for comprovadamente consumo anormal derivado do combate aos incêndios. Acho que é o mínimo que todos podemos fazer. Registamos aqui, também, positivamente, esta responsabilidade social da concessionária. Sobre a questão da ETAR do Salgueiro: Nós também temos registo de um conjunto de situações e de reclamações sobre ao mau funcionamento da ETAR, que terá sido agravado nos últimos dias. Hoje mesmo, da parte de tarde, irei a uma reunião da Associação das Terras de Santa Maria, onde iremos analisar esta questão. Se necessário agendaremos nova reunião, até com os proprietários mais afetados, juntamente com a Associação de Municípios de Terras de Santa Maria, que é quem tem a responsabilidade contratual da manutenção da ETAR, no sentido de transmitir os passos que estão a ser dados para que a ETAR funcione com um mínimo de condições até sejam implementadas as obras que estão preconizadas. E, sobre isto, nós podemos adiantar, está aberto um aviso a fundos comunitários para a reabilitação de um conjunto de ETAR. A Associação de Municípios, creio que há três semanas, salvo o salvo erro, aprovou, na Reunião do Conselho Diretivo, o anteprojecto, digamos assim, da reabilitação das ETAR de Ossela e do Salgueiro. A empresa tem um curtíssimo espaço de tempo para desenvolver o projecto de execução e para submeter a candidatura. Esperemos que estejam a ser dados passos significativos para a resolução definitiva do problema. Mas, como disse, temos que garantir as condições mínimas de funcionamento, até que este problema seja devidamente concluído. Sobre a questão da Piscina Municipal: Dizer que, tudo o que nós fizemos, toda a expectativa era, a contragosto manifestamente, obviamente que há aqui uma questão que é fácil explicar: a empresa é da zona sul de Coimbra. Durante a semana passada, não conseguiu vir trabalhar nenhum dia, por causa dos incêndios. Uma das empresas subempreiteiras é de Albergaria, nem sequer, a semana passada, atendia o telefone. Pelos motivos que todos nós conseguimos perceber. A informação, eu salvaguardo sempre aqui estas questões, porque podem surgir vicissitudes - a informação que nós temos, é que nas próximas duas semanas os trabalhos estão concluídos. O que nos permitirá reabrir as Piscinas Municipais na segunda quinzena de outubro. É esta a nossa pretensão. E, obviamente que, abrindo em outubro, não vamos uma mensalidade de outubro. Transitamos as mensalidades para novembro. A expectativa. é que consigamos mesmo abrir a Piscina Municipal, se não surgir nenhum constrangimento adicional, na segunda quinzena. Foi esta a data que nós avançamos. Avançar um dia em concreto vai depender de muita coisa: os trabalhos estando concluídos é preciso depois uma quantidade significativa de metros cúbicos (água) para tornar a encher a Piscina. É preciso o sistema de climatização tornar à temperatura ideal e aquecer 1000 metros cúbicos de água da piscina. Estas coisas demoram o seu tempo. Mas estamos a trabalhar para que isto seja normalizado. Não era de todo a nossa vontade. Era no dia 2 de outubro, como estava preconizado, abrir a Piscina, foi para isso que nós trabalhámos. Os incêndios criaram um conjunto de constrangimentos. Portanto, vamos trabalhar para que, efetivamente, na segunda quinzena seja a reabertura. Estas obras foram devidas à manutenção necessária de uma Piscina Municipal com 15 anos. E a substituição da tela era premente

porque as infiltrações já eram significativas. Estaremos a fazer aqui um investimento, nesta parte do tanque da piscina, para umas décadas. Esperemos nós. =====

===== **Intervenção do Senhor Presidente em exercício** para dar resposta às intervenções anteriores (gravação 00:43:30): Dando nota, também da questão das ETAR e da informação do aviso comunitário que está a Associação de Municípios a concorrer. Eu diria que: será, entretanto, resolvido este problema. Um problema de décadas que nós queremos obviamente também ver resolvido. A Autarquia, naquilo que lhe compete, conforme eu já disse no início também, tem feito um esforço enorme pela rede em baixa e, naquilo que lhe compete, tem, de facto, resolvido o problema do saneamento e de água, em grande parte do território, já faltando muito pouco, relativamente àquilo que faltava em 2017 quando iniciámos funções. Seguramente que, vai ser também mais um problema de décadas, a ETAR do Salgueiro, que nós vamos ajudar a resolver juntamente com os outros municípios da Associação de Municípios das Terras de Santa Maria. Iniciando com as questões levantadas pela Vereadora Carla Rodrigues, nomeadamente a questão dos incêndios: Senhora Vereadora, deixe-me que lhe diga que, a questão de se referir ao Senhor Presidente quando ele na Assembleia Municipal disse que: «era uma tragédia que nos tinha afetado a todos». =====

Senhora Vereadora Carla Rodrigues: O Senhor Presidente não disse isso. Ele disse: «que éramos todos vítimas». =====

Senhor Presidente exercício: Quando nos arderam 2100 hectares, obviamente, o que ele quis dizer, não foi em concreto de nenhuma pessoa em particular, mas que somos, de facto, todos vítimas, o nosso território, pelo incêndio. O que eu lhe estava a dizer é que: não é de bom-tom, quando o Senhor Presidente andou vários dias, praticamente sem dormir, a dar apoio às populações, juntamente com as forças a ajudar a coordenar os trabalhos, a disponibilizar aquilo que era pedido dos serviços da câmara, de facto, salientar uma frase de descontextualizada, não é de bom-tom, Senhora Vereadora. Até porque, também foi aqui já referido que, em Oliveira de Azeméis o esforço que aconteceu para o combate aos incêndios, obviamente que, comparado com outros municípios, acabou por correr melhor porque os estragos não foram da dimensão que aconteceu noutros municípios. Nós fizemos um esforço enorme, para que todas as pessoas pudessem de uma maneira ou de outra ver salvaguardados os seus bens e as suas vidas. Também queria lhe dizer que: temos feito um esforço nos últimos anos, a nível da Proteção Civil, para nos organizarmos de uma forma mais musculada, com o Coordenador da Proteção Civil, que já temos, com um espaço dedicado à Proteção Civil no Parque de La-Salette com todos os para que em catástrofes nós possamos dar o melhor apoio possível. Relativamente a este incêndio, nós, conforme o Senhor Presidente também já disse na última Assembleia Municipal, estamos no terreno com uma equipa a apoiar e a diagnosticar todos os problemas existentes. Já fomos ao terreno com técnicos da CCDDR. Já reunimos com o Senhor Ministro da Coesão Territorial, Castro Almeida, e refletimos em conjunto sobre aquilo que consideramos, para futuro, ser necessário fazer e reforçar. Já foi também anunciado pelo Governo, de forma rápida, dos 500 milhões de apoio a esta calamidade e de disponibilizar

rapidamente já 100 milhões para apoiar todas as pessoas que sofreram na pele este drama. Não se pode é colocar o ónus na Câmara Municipal, quando a Câmara Municipal foi, de facto, um parceiro muito ativo e interessado em que as coisas corressem bem e que o incêndio tivesse o mínimo de custos possíveis para o nosso Município. Também estamos disponíveis para acompanhar todos os partidos políticos, que possam estar no território, a visitar e a refletir connosco aquilo que aconteceu. Foi o que aconteceu esta semana com o Secretário-Geral do Partido Socialista, que também nos visitou e visitou um conjunto de municípios. Estamos no terreno para que estas pessoas sejam, nos seus bens materiais, apoiadas na recuperação das suas culturas, das alfaías agrícolas, como aqui a Senhora Vereadora também referiu. Estamos, de facto, de consciência tranquila, porque temos feito um trabalho importante, no âmbito da Proteção Civil. Aliás, um trabalho que não existia no passado. Como sabe, nós, não tínhamos um espaço da Proteção Civil, não tínhamos um Coordenador. E temos agora isso. E temos dado, de facto, um apoio importante também nos grandes eventos municipais. Temos planos concretos de apoio a esses eventos. Temos envolvido cada vez mais, as forças de segurança, os nossos serviços municipais. E isso é sinónimo de que estamos preocupados, estamos atentos. Obviamente que, nós sabemos que numa tragédia destas não conseguimos, quando somos afetados, que não existam constrangimentos, que não exista alguma coisa que possa correr mal. Mas, no caso de Oliveira de Azeméis - conforme também a Senhora Vereadora acabou por dizer no início: - podia ter sido muito pior - não fosse de facto o empenhamento de todos - Conforme eu referi no início também nas notas que dei sobre as pessoas e as instituições envolvidas neste combate a estes incêndios. E, portanto, como vê, já aconteceram várias reuniões: seja com o Governo; seja com a CCDR; seja com os nossos serviços, que já estão no terreno a falar com as pessoas e a perceber a dimensão desses prejuízos. Sobre a Avenida do Bessa: O empreiteiro está dentro dos prazos. Esteve com uma dificuldade de entrega de lancis, ao que percebi. E, portanto, retomará a obra. Porque não tinha material suficiente para prosseguir com a obra. O que queremos, mais uma vez, referir é que: a Avenida do Bessa esteve muitos anos à espera de ser intervencionada. E junta-se à lista de obras que eu aqui referi e que nós estamos a resolver. É que, dá a ideia, Senhora Vereadora, desculpe que lhe diga, dá a ideia que os Vereadores do PSD podem enumerar as coisas que estão, do vosso ponto de vista, ou atrasadas ou a correr menos bem, e nós não podemos salientar, de facto, todas as situações, todas as obras que realizamos, todos os problemas que estavam à espera de ser resolvidos há décadas. Devemos salientar, obviamente, e informar a população dos problemas que existiam, das resoluções que estão a ser feitas, sobre essas obras. Senhora Vereadora, isso só aqui na freguesia de Cucujães: um conjunto de obras que estavam à espera há muitos anos. Sabe bem no concelho a quantidade de outras que nós também temos resolvido. Obviamente que nós não vamos resolver tudo de uma vez só. E vamos continuar este percurso. Sobre aquilo que referiu a Vereadora Joana Ferreira: O Pavilhão - Está mapeado, assim como o de Fajões, como as escolas que, entretanto, nós vamos adjudicar os projetos e que temos informado nas últimas Reuniões sobre o ponto de situação. E que vão ser uma realidade no futuro. Só que demos prioridade a um conjunto de pavilhões, que também estão espalhados pelo nosso território,

polidesportivos, onde vamos colocar coberturas. Seguidamente também vamos olhar para os Pavilhões das escolas e vamos dotá-los de todas as condições. Estamos em várias frentes, em vários pavilhões, e queremos, no futuro, também, reforçar a oferta que temos. Como sabe, as exigências são bastantes, sim. As nossas Associações Desportivas utilizam os nossos pavilhões, precisam dos nossos pavilhões e nós temos gerido isso de forma a que todos tenham horas de utilização para a prática desportiva. Sobre as Piscinas Municipais: O Senhor Vereador já deu os esclarecimentos devidos. Sobre o cumprimento dos rácios: Também já temos falado muitas vezes sobre essa situação. Nós, de facto, cumprimos os rácios em muitas de escolas. Já admiti que em períodos pontuais, por causa das baixas, podemos ter uma ou outra dificuldade em várias escolas. Compreendemos também os constrangimentos das Direções de alguns Agrupamentos, em algumas escolas em concreto. E compreendemos perfeitamente o drama de alguns pais. Para ter uma ideia, se consultar a portaria de rácios, nós temos, por exemplo, algumas escolas onde temos um assistente operacional para dez crianças. E isso está muito acima dos rácios. Mesmo nas escolas em que temos, por exemplo, uma assistente operacional por dez crianças. Temos alguns pais, algumas educadoras ou alguns professores que se queixam por causa desta dificuldade. Claro que nós gostaríamos de, com as pessoas que temos nas nossas escolas, que fazem um trabalho fantástico ... E já aqui foi referido - e eu acompanho essa ideia: de que o acompanhamento de alguns alunos, não é fácil para alguns assistentes operacionais, há crianças com problemas difíceis e as assistentes operacionais também têm, muitas vezes, dificuldade porque querem dar o melhor a essas crianças e muitas das vezes têm dificuldade em acompanhá-las. Nós temos feito um esforço enorme, Senhora Vereadora, na estabilização dos assistentes operacionais. Nós, não tínhamos uma bolsa para substituição de assistentes operacionais. E temos. Nós, nos últimos dois anos, abrimos dois procedimentos para o quadro, já colocámos dezenas de assistentes operacionais. Nós, como sabe, tínhamos um protocolo com IPSS, em que as assistentes operacionais tinham um trabalho precário. Nós acabamos com tudo isso. Nós, não conseguimos é no espaço de um ano letivo, conseguir esse ajustamento, porque é difícil e temos também que a uma dada altura parar. Nós temos cerca de 350 assistentes operacionais nas nossas escolas. Não podemos ter uma assistente operacional para cada criança. Mas as assistentes operacionais que temos têm, de facto, feito um trabalho importante. E os senhores Diretores e Diretoras têm também feito esse trabalho de gestão que, pontualmente, tem sido difícil, mas, na globalidade, - O que eu lhe quero dizer é - têm existido melhorias significativas nos últimos anos letivos. Vamos continuar a trabalhar para que esse problema, que não é um problema do Município de Oliveira de Azeméis, não é um problema do Agrupamento A ou B do Município de Oliveira de Azeméis, é um problema transversal. Aliás, julgo que até há uma greve marcada, para outubro, de assistentes operacionais, para a alertar para essa situação ao Governo. Temos que continuar esse trabalho de melhoria das condições das nossas escolas. =====

*===== Intervenção da Senhora Vereadora **Carla Rodrigues** (gravação 00:58:30): Senhor Vice-presidente, tenho aqui alguns apontamentos, sobre as suas respostas. Em relação à frase*

descontextualizada: eu contextualizei bem a frase e fiz o enquadramento, foi uma frase infeliz. Fizemos questão de deixar aqui a nossa posição sobre isso. Não descontextualizei, está gravado e contextualizei: disse exatamente as palavras usadas, e na sequência da intervenção em que essas palavras foram usadas. Portanto, não descontextualizei coisíssima nenhuma, não é esse o meu propósito, está gravado e, portanto, está lá muito bem esclarecido. =====

Senhor Presidente em exercício: *Senhora Vereadora, peço desculpa, mas não foi uma tragédia para o Município de Oliveira de Azeméis os incêndios que nos aconteceram? =====*

Senhora Vereadora Carla Rodrigues: *Foi, Senhor Vice-presidente, foi uma tragédia. O que Senhor Presidente disse - foi a uma vítima que perdeu toda a sua produção agrícola e as suas alfaias e que falou, se calhar, de forma um bocado exaltada, - e respondeu-lhe: “Ó Senhora Muncípe, vítimas fomos todos.” Foi isto, está gravado. Este é que é o contexto. E isto é que é verdadeiramente grave. Foi uma frase infeliz. E nós quisemos deixar a nossa posição, a nossa solidariedade para com eles. Porque, na Assembleia Municipal, como sabe, os Vereadores não podem falar, a não ser que o Senhor Presidente lhes dê a palavra. Eu gostaria muito de ter falado nesse momento. Não o fiz. Não quis também, não era o momento para estarmos ali com quezílias. Mas agora fiz questão de deixar aqui a posição dos Vereadores do Partido Social Democrata. Fomos todos afetados. Todos sofremos. Mas não somos todos vítimas. Portanto, as vítimas é que têm que ser auxiliadas e ouvidas. Sobre as perguntas que lhe coloquei, em concreto, no apoio às vítimas: também não foi clara a sua resposta. Eu perguntei-lhe: - Que equipa é que está constituída e quem constitui essa equipa? Diz: Já fomos ao terreno. Já todos fomos ao terreno. Nós também já fomos ao terreno. Já muita gente foi ao terreno. Amanhã, por exemplo, vamos ter em Oliveira de Azeméis uma visita dos Deputados eleitos pelo Partido Social Democrata na Assembleia da República, vêm também ver. E venha toda a gente, obviamente. Eu acho que, sim, devem vir ver de facto a dimensão da tragédia para fazerem chegar ao Governo a necessidade de socorrer estas pessoas. =====*

Senhor Presidente em exercício: *Senhora Vereadora, não vem a Ministra da Administração Interna? =====*

Senhora Vereadora Carla Rodrigues: *Não sei. Não sei se vem. Não percebi essa pergunta: pode esclarecer, se faz favor. =====*

Senhor Presidente em exercício: *Está a dizer que vêm várias pessoas visitar. Estou a perguntar-lhe, porque não tenho conhecimento. =====*

Senhora Vereadora Carla Rodrigues: *Digo-lhe mais, o Senhor Primeiro-ministro vem ao terreno, também. Vai ao terreno e, provavelmente, com a Senhora Ministra e com os Senhores Secretários de Estado, mas vem o Senhor Primeiro-ministro. Ele é que é o responsável do Governo. Portanto, quando está o Senhor Primeiro-ministro, os Ministros são secundários. Como na Câmara Municipal, quando está o Senhor Presidente de Câmara é ele que fala, porque ele é que o Presidente da Câmara. No Governo é a mesma coisa. Se o Senhor Primeiro-ministro está a agir e a atuar, os Ministros, convenhamos. =====*

Senhor Presidente em exercício: *Estou esclarecido. Por isso é que fiz essa pergunta. =====*

*Senhora Vereadora **Carla Rodrigues**: Está esclarecido. Mas o Senhor Primeiro-ministro, informo-o também em primeira mão, muito brevemente vai também visitar as zonas afetadas. Mas o que eu perguntei: não foi se fomos ao terreno? Porque já todos fomos ao terreno prestar solidariedade. O que eu perguntei é: Como está a ser o apoio às vítimas? Ou seja, uma pessoa que tenha perdido as suas produções, as suas árvores - Deve dirigir-se à Câmara? Deve dirigir-se a algum balcão criado na Câmara Municipal? Deve esperar que as equipas constituídas pela Câmara vão contactá-la a sua casa? Tem que haver aqui alguma coordenação, alguma informação. O que as pessoas nos pedem é informação: digam-nos o que é que nós devemos fazer? É isso que nós gostaríamos que as populações afetadas ouvissem, da Câmara Municipal, o que é que devem fazer neste momento? Se devem esperar para serem contactadas? Se devem contactar? Isso eu acho que é mais complicado porque, provavelmente, não se consegue chegar a todo o lado. É melhor que sejam as pessoas de facto a apresentarem as suas situações e a levarem ao conhecimento da Câmara, do que a Câmara andar à procura. Há sítios que são evidentes, mas há muitos outros. O território afetado foi vastíssimo e há território até que nós nem sabemos exatamente, à partida, quem são os proprietários. E chegar lá e andar à procura: Olhe, quem é o proprietário disto? É mais complicado. Que informação é que devemos dar às vítimas, o que é que eles devem fazer neste momento? Depois, Senhor Presidente, sobre esta questão dos assistentes operacionais, deixe-me então fazer-lhe uma pergunta, na sequência do que respondeu: Disse que: «Há escolas no concelho que até têm um assistente operacional para 10 crianças, o que até está acima dos rácios.» Como é que isto se explica? E qual é o critério de alocação de assistentes operacionais nas escolas? Porque, se numas o Senhor Vice-presidente, diz que: até está a cima dos rácios. Porque é que noutras a situação é tão gritante? E é tão gritante. O Senhor Vereador sabe porque ouve os Diretores dos Agrupamentos tal como nós os ouvimos. Portanto, eles não têm duas caras. Eles com certeza também lhe fazem chegar essas dificuldades que têm e que a Vereadora Joana Ferreira aqui tão bem disse. Como que é feita esta gestão? Qual é o critério? Porque é que numas escolas, o Senhor Vereador diz que: até se cumpre e até está tudo bem; e noutras escolas a situação está tudo mal. Então não há um critério transversal, transparente, de alocação destes recursos humanos a todas as escolas? Isto não é um problema só de Oliveira de Azeméis, não, não é um problema só de Oliveira de Azeméis, mas é a Câmara de Oliveira de Azeméis que tem agora as competências, já tinha, nos anos passados, para resolver este problema. E, infelizmente, este problema é recorrente e é um problema real e efetivo que põe em causa o regular funcionamento das nossas escolas. E, portanto, a preocupação que os Diretores dos Agrupamentos nos transmitem, deixa-nos de facto muito preocupados. E eu acho que também partilha dessa preocupação. Mais do que dizer que: nuns sítios está bem, noutros não. Já fizemos esforço para estabilizar - diz o Senhor Vereador. Mas não está estabilizado. É isso que nós deixamos aqui: tem de continuar a ser feito este esforço, para que estes problemas efetivamente sejam resolvidos porque, como foi aqui dito e bem, há crianças com necessidades especiais, estamos a falar da segurança das nossas crianças e que passam na escola grande parte do seu tempo, grande parte do seu dia, e têm que estar seguras, têm que estar*

acompanhadas. Graças a Deus, não tem acontecido nada. Nós temos que prevenir os acidentes, temos que prevenir todas as situações e temos também facilitar a vida, porque estes assistentes operacionais que estão sozinhos têm de se desdobrar e têm que fazer mais do que aquilo que lhe era exigível para colmatar todas estas carências e estas dificuldades. Também é uma sobrecarga para estes assistentes operacionais. E sabemos que, temos muitos já com uma idade avançada e com dificuldades de saúde. Eu perguntava-lhe: qual é este critério que justifica, isto que nos acabou de dizer, esta discrepância nas nossas escolas e nosso território? =====

===== **Intervenção do Vereador José Campos** (gravação 01:06:10): Relativamente ainda à ETAR: Estamos todos de acordo que este problema só se resolverá definitivamente e deixará de ser uma questão quando a requalificação foi uma realidade. No entanto, eu fiz duas questões. E se à primeira tivemos resposta e de facto, foi uma resposta afirmativa, tinham conhecimento destas últimas queixas. Depois fiz uma questão, que tem a ver com o que, neste momento, a Câmara Municipal está a fazer exatamente para minorar este problema ambiental dos cheiros até que haja a requalificação? Fiquei a perceber que o Senhor Vereador vai hoje a uma reunião com a Associação de Terras de Santa Maria. Mas, fiquei sem perceber e gostava que nos respondesse a isso - porque as pessoas precisam de o saber - se, entretanto, tendo conhecimento destas queixas mais recentes, entraram em contacto, por exemplo, com a ETAR, para perceber o que é que está a gerar estes cheiros? Que agora que são outra vez mais intensos, houve um tempo em que não eram. O que é que justifica para que agora estejam a ser mais intensos? E, nesse caso, se a Câmara Municipal questionou também a ETAR, sobre o que é que está a fazer para evitar que os cheiros se prolonguem? =====

===== **Intervenção do Senhor Presidente em exercício** (gravação 01:07:30): Senhora Vereadora, sobre a ida para o terreno: A equipa que o Senhor Presidente falou envolve a Proteção Civil, obviamente, o Gabinete Técnico Florestal, a Divisão de Obras, o Ambiente e, também, como não podia deixar de ser, toda essa equipa estará em articulação direta com as nossas Juntas de Freguesia. Eu queria devolver-lhe uma pergunta: Onde é que a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis falhou em todo este processo de ajuda e combate aos incêndios? =====

Senhora Vereadora Carla Rodrigues: Onde é que eu disse que a Câmara Municipal falhou? Não fizemos essa avaliação sequer ainda. Eu não disse que a Câmara falhou. Eu estou a perguntar: o que é que estão a fazer? Eu não disse que falhou, Senhor Vereador. =====

Senhor Presidente em exercício: A intervenção que fez, e da forma que fez, dá essa ideia. Eu gostaria de saber, em que é que falhou? Ou, então, o que é que fez de bem para combater estes incêndios? =====

Senhora Vereadora Carla Rodrigues: Senhor Vice-presidente, nós não queremos fazer combate político-partidário com base nisto. Nós estamos a tentar dar resposta. =====

Senhor Presidente em exercício: A Senhora Vereadora não quer fazer combate político, mas foi pegar numa frase do Senhor Presidente da Câmara, que referiu na Assembleia Municipal, que, de facto, quando há um incêndio em qualquer lado, o território perde e perdemos todos.=

Senhora Vereadora Carla Rodrigues: Já ficou expresso, está gravado, não foi isso que eu disse, e não foi isso que eu referi. Perdemos todos - e eu também o disse. Ficámos todos mais pobres, mas não fomos vítimas diretas. Eu não disse que a Câmara atuou mal. Nem bem nem mal. Eu não fiz essa avaliação. Ainda não fizemos. Já dissemos várias vezes: não é tempo de fazer essa avaliação, agora é tempo de socorrer as vítimas. O que nós estamos a perguntar é: deem uma explicação às vítimas, digam o que eles fazem neste momento. Foi isso que eu perguntei, claramente. Onde é que eu disse que a Câmara agiu mal, agiu bem? =====

Senhor Presidente em exercício: Não é só a Câmara Municipal que está a trabalhar nesse sentido. É a Câmara Municipal. É a CCDR. É o Governo. =====

Senhora Vereadora Carla Rodrigues: Nós somos Vereadores da Câmara - estou a perguntar neste momento à Câmara Municipal. =====

Senhor Presidente em exercício: Passados meia dúzia de dias da tragédia, em que nós já reunimos com várias entidades, já formámos uma equipa, já estamos no terreno: o que é que queria que trouxéssemos aqui, além desta informação de que estamos a trabalhar, depois de termos trabalhado também no combate, julgamos, de forma exemplar. Obviamente lamentando não termos conseguido fazer mais e melhor. O que é que gostaria então que nós estivéssemos aqui a discutir? Se não fosse todas essas questões levantadas dando a ideia que nós não estamos, depois destes dias, no terreno a apoiar as pessoas, neste caso. =====

Senhora Vereadora Carla Rodrigues: A pergunta que fiz é muito clara: Imagine uma vítima - O que poderá fazer esta vítima, neste momento? Foi isto. =====

Senhor Presidente em exercício: Esta reunião também esta a ser gravada. =====

Senhora Vereadora Carla Rodrigues As pessoas estão à espera para reabilitarem as suas propriedades, estão à espera de uma orientação, de uma resposta, de um horizonte temporal. É só isso que queremos saber, uma informação. =====

Senhor Presidente em exercício: As pessoas estão à espera de uma resposta da Câmara Municipal ou das entidades competentes, assim como estiveram à espera, na altura do COVID e noutras tragédias que existem, e a Câmara Municipal, Juntas de Freguesia e o Governo têm estado sempre à altura de as ajudar. =====

Senhora Vereadora Carla Rodrigues: Não tem resposta. =====

Senhor Presidente em exercício: Não tenho resposta? Que resposta é que quer? Se eu lhe estou a dizer que nós no dia a seguir aos incêndios terem terminado, nós fomos para o terreno, nós criámos uma equipa, nós recebemos as entidades governamentais e regionais - o que é que queria mais? Que estivéssemos já lá a entregar alfaias agrícolas às pessoas? Aliás, digo-lhe mais, nós, no próprio dia em que incendiou a casa de primeira habitação, essa pessoa, nesse dia, os serviços alojaram a pessoa num alojamento da Câmara Municipal. Isso é significativo do trabalho rápido e ágil que nós fizemos levando lá, mobília, alimentação, tratando de tudo. É esse o trabalho que nós fazemos diariamente. E as pessoas, Senhora Vereadora, as pessoas

contactam a Câmara por diversas formas: seja no GAM, seja através do Executivo, e também através dessa equipa que está no terreno a contactar com as pessoas nas zonas mais afetadas.

O que é que não compreendeu desta explicação? =====

Senhora Vereadora Carla Rodrigues: Compreendi que, de facto, quer desconversar. Eu não fiz nenhuma avaliação. Aliás, pelo contrário, eu reconheci aqui o esforço de toda a Proteção Civil, de todos os Autarcas, de todas as pessoas, dos nossos Bombeiros. Eu fiz isso na minha intervenção. Estamos aqui a desconversar. =====

Senhor Presidente em exercício: Então, está o assunto encerrado? =====

Senhora Vereadora Carla Rodrigues: Eu estou a perguntar é: a primeira fase foi a fase do ataque ao incêndio. E todos fizemos o que estava ao nosso alcance para atacar o incêndio. Até disse aqui, que a violência do incêndio não dependeu de erros pontuais ou falhas temporais. Eu disse: que, face às condições climatéricas e a toda a conjugação, dificilmente se poderia ter agido de outra maneira. Eu não ataquei ninguém. Não culpei ninguém. Não é isso que estamos aqui a fazer. A primeira fase foi do combate. Combatemos. E estivemos todos unidos nesse combate e no apoio à população. Agora, a segunda fase, é do apoio às vítimas. E era isso que eu lhe estava a perguntar concretamente. =====

Senhor Presidente em exercício: É o que estamos a fazer. O que é que não compreendeu deste apoio à vítima? É o que estamos a fazer. E digo-lhe mais, com a transparência que sempre temos, quando nós tivermos indicações mais concretas e um relatório sobre todas estas situações, será apresentado e será comunicado a todos os Vereadores. Foi sempre assim que nós fizemos. =====

===== **Intervenção do Senhor Vereador José Campos** (*gravação 01:14:25*): Relativamente à ETAR: se a ETAR dá alguma justificação e se, eventualmente, pode fazer algo para minorar, agora? =====

===== **Intervenção do Senhor Presidente em exercício** (*gravação 01:14:30*): A ETAR, como vocês sabem, tem alguns problemas. Nós, não gerimos diretamente a ETAR. Nós recebemos muitas críticas e muitas queixas, melhor dizendo, sobre os cheiros - não são constantes, mas são com alguma frequência. E, nós, obviamente, que estamos em articulação com a Associação de Municípios. Visitámos a ETAR. Agora, nós já sabemos, e conforme também disse e bem, que a questão de fundo só será resolvida quando nós tivermos uma intervenção musculada e uma requalificação integral daquela ETAR. Não há outra forma de resolver esse problema. E é isso que vamos fazer. =====

===== **Intervenção da Senhora Vereadora Carla Rodrigues** (*gravação 01:15:20*): Faltou, Senhor Presidente, a questão do critério para a alocação dos recursos à escola. O que é que justifica numa escolas o rácio ser cumprido e noutras não? =====

===== *Intervenção do Senhor Presidente em exercício (gravação 01:15: 35): Também já expliquei isso. O critério é: número de assistentes operacionais que cada Agrupamento tem direito, nós direcionamos esses assistentes operacionais para os Agrupamentos. Cabe aos Agrupamentos a gestão direta, obviamente do dia a dia, nós não temos capacidade para fazer isso, desses assistentes operacionais. O que eu lhe quis dizer há pouco é que: mesmo naquelas escolas que, teoricamente, ouvimos queixas, e os Senhores Vereadores nessas visitas terão ouvido, em algumas delas nós estamos a cumprir o rácio. E o que eu lhe disse ainda é que: algumas têm, por exemplo, o rácio de 1 assistente operacional por 10 alunos nas escolas, por exemplo, que são escolas mais pequenas, mas numa escola EB23 estão a cumprir os rácios. Aqui a questão, não é essa. E eu já expliquei isso várias vezes. A questão é que: quando existem baixas em demasia, essa questão de constrangimentos dos assistentes operacionais é colocada. Depois há outra coisa, que tem também sido reclamada ao longo dos anos, tanto pelas escolas, assim como por quem gere diretamente as escolas mais pequenas, assim como pelas Direções dos Agrupamentos, que é: consideram que há um ajustamento a fazer no número de assistentes operacionais. O que quero dizer com isto é que: se nós tivermos mais 1 ou 2 assistentes operacionais em cada escola acima do rácio, mesmo assim nós em algumas escolas vamos ter professores ou diretores a reclamar mais assistentes operacionais. Porque consideram que o rácio que lhes está adstrito, não cumpre, na ideia daquilo que é trabalho diário que é feito, as necessidades de uma escola a tempo inteiro, aberta das 07:30 da manhã até às 18:30 da tarde. Por exemplo, as escolas que têm pavilhões têm também um constrangimento diferente, alguns assistentes operacionais que têm que fazer mais horas de serviço. Por exemplo, o Centro Qualifica, na Ferreira de Castro, que funciona ao sábado, tem que ter assistentes operacionais ao sábado. E nos rácios que a DGAL valida todos os anos, não está contemplado nada disso. É esse o trabalho de ajustamento que temos que fazer aos poucos para dar, no fundo, mais conforto a essas escolas. Foi isso que eu expliquei.* =====

===== **ORDEM DO DIA** =====

===== A Câmara Municipal apreciou e tomou conhecimento dos seguintes documentos:
- I/61355/ 2024 - Modificação Orçamental nº 19/2024; - I/60070/2024 - Relação dos alvarás de licenças e autorizações de utilização emitidas pelo Núcleo de Competências de Apoio Técnico Administrativo da Equipa Multidisciplinar de Planeamento, Gestão Urbanística e Ambiente, no período de 06/09/2024 a 19/09/2024; Bem como, aprovou/ratificou o I/59552/2024 - Inscrição e reforço de verbas do Orçamento e PPI para anos seguintes, constante da proposta de deliberação (I/56895/2024) aprovada em Reunião de Câmara de 12/09/2024. =====

===== **FINANCAS E CONTABILIDADE** =====

===== **2.ª ADENDA DE CONTRATO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO/LONGO PRAZO - OPERAÇÃO DE FINANCIAMENTO PARA APLICAÇÃO EM PROJETOS DE**

INVESTIMENTO - LINHA BEI PT 2020 - POSEUR-03-1911-FC-000322 “IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETO DE RECOLHA SELETIVA DE BIORRESÍDUOS NO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS” (I/58054/2024) - APROVAÇÃO (gravação 01:19:10):

Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - A Contratação de empréstimo de médio/longo prazo - Operação de financiamento para aplicação em projetos de investimento - Linha BEI PT 2020 - POSEUR-03-1911-FC-000322 “Implementação de projeto de recolha seletiva de biorresíduos no Município de Oliveira de Azeméis” - I/45030/2021, aprovada em Reunião de Câmara Municipal de 26 de agosto de 2021 e em Assembleia Municipal de 01 de setembro de 2021, o qual celebrado a 21/12/2021; - Que o montante de financiamento contratualizado para o financiamento do POSEUR-03-1911-FC-000322 “Implementação de projeto de recolha seletiva de biorresíduos no Município de Oliveira de Azeméis” foi de até 182.286,00€, calculado de acordo com as condições estipuladas no despacho nº 6200/2018, de 26 de junho e no despacho nº 6323-A/2018, de 28 de junho, tendo por base os dados naquela data da candidatura operação supra identificada; - Que através de deliberação em Reunião de Câmara de 01/08/2024, através do documento I/48449/2024, foi aprovada a 1.ª adenda ao citado contrato de empréstimo, tendo o montante de empréstimo sido reduzido para o valor de 174.158,20€, adenda assinada a 26/08/2024; - Que conforme e-mail da AD&C, datado de 04/09/2024 (em anexo), no seguimento da reprogramação da operação POSEUR-03-1911-FC-000322 “Implementação de projeto de recolha seletiva de biorresíduos no Município de Oliveira de Azeméis” associada ao empréstimo supra referido, as condições do financiamento reembolsável foram alteradas de acordo com o parecer da Autoridade de Gestão do Programa Operacional da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, implicando um novo ajustamento no valor do empréstimo, de 174.158,20€ para 170.073,88€, valores já confirmados pelo Núcleo Competências da Gestão de Candidaturas e Fundos Comunitários desta Câmara Municipal; - Nos termos do disposto na Cláusula 16ª do contrato de financiamento celebrado, qualquer alteração ao presente contrato deverá revestir a forma de documento escrito assinado pelos Outorgantes; - A minuta e respetivos anexos enviados pela Agência de Coesão e Desenvolvimento, I.P., no dia 4 de setembro de 2024, em anexo; Face ao exposto e normas retrocitadas, proponho: - A aprovação da minuta e respetivos anexos (em anexo), da 2ª Adenda ao contrato de financiamento reembolsável à operação PT2020 POSEUR-03-1911-FC-000322 “Implementação de projeto de recolha seletiva de biorresíduos no Município de Oliveira de Azeméis” , celebrado em 21/12/2021, implicando um novo ajustamento no valor do empréstimo dos atuais 174.158,20€ para 170.073,88€. Remeta-se posteriormente a adenda supra mencionada ao Tribunal de Contas para os devidos efeitos.” Após análise e votação na forma legal foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada, em conformidade com a informação técnica prestada pelos serviços. =====

===== **COMPARTICIPAÇÃO NAS DESPESAS DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE TERRAS DE SANTA MARIA - AMTSM (I/60251/2024) - AUTORIZAÇÃO** (gravação 01:19:50):

Pelo Senhor Vereador Hélder Simões, foi apresentada a seguinte proposta: “De acordo com a Deliberação tomada na reunião do Executivo de 31/08/2007, submeto as Transferências a efetuar para participação nas despesas da AMTSM, evidenciadas nas seguintes Faturas: Fatura n.º 139/2024: 33.313,91€ - Transferências Correntes - STAR - Revisão de Preços do ano 2022; Fatura n.º 140/2024: 39.466,35€ - Transferências Correntes - STAR - Revisão de Preços do ano 2023; Fatura n.º 143/2024: 4.475,27€ - Transferências Correntes de Julho de 2024; Fatura n.º 149/2024: 3.965,68€ - Transferências Correntes relativas ao funcionamento do CIAMTSM de Julho de 2024; Fatura n.º 150/2024: 2.767,68€ - Transferências de Capital relativas ao funcionamento do CIAMTSM de Julho de 2024; Os encargos resultantes da presente proposta de deliberação estão suportados em termos orçamentais, possuindo compromisso de fundo disponível o n.º 368 de 2024, conforme determina a Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro e DL n.º 127/2012 de 21 de Junho e respetivas alterações.” O Senhor Vereador, José Campos, colocou a seguinte questão (gravação 01:20:10): Normalmente, neste ponto, não costumamos intervir, mas chamou-me à atenção nas transferências correntes para as ETAR do Salgueiro e de Ossela, esta questão da revisão de preços 2022/2023 - Só perceber o que é que justifica esta revisão de preços - nós temos 5 faturas, as duas primeiras faturas relativas a 2022/2023 - o que é que justifica esta necessidade de revisão de preços? O Senhor Vereador Hélder Simões respondeu que (gravação 01:20:50): Estas revisões de preços decorrem das obras que foram feitas no sistema. Algumas obras que nós todos conhecemos. É uma prerrogativa legal dos empreiteiros. Por norma, não vêm aqui, porque os investimentos depois são traduzidos e são imputados à tarifa. Neste caso concreto, os Municípios decidiram não imputar estas revisões de preços à tarifa, porque têm efeitos retroativos a 2022/2023, decidiram assumir este valor para não onerar mais a questão da fatura dos munícipes. Após análise e votação na forma legal foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada, em conformidade com a informação técnica prestada pelos serviços. =====

= NÚCLEO DE COMPETÊNCIAS DE AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA =

===== PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS RELATIVAS À EMISSÃO DE ALVARÁ DE LICENÇAS ESPECIAIS DE RUÍDO (I/57607/2024) - APROVAÇÃO/ RATIFICAÇÃO (gravação 01:21:40): Pelo Senhor Vereador Rogério Ribeiro, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: Associações Culturais e Juntas/União de Freguesia promoveram ou vão promover atividades ruidosas temporárias, tendo sido solicitado a isenção do pagamento das taxas de emissão de alvarás de licença especiais de ruído; As referidas entidades e as atividades ruidosas temporárias enquadram-se no escopo, regime e critérios de isenção total, previstos e fixados pela Assembleia Municipal no âmbito da aprovação do Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais do Município de Oliveira de Azeméis, nos termos e abrigo das alíneas a) e b), do n.º 3, do artigo 6.º, do referido regulamento; Os valores das taxas a isentar para a emissão dos alvarás solicitados são os constantes nas tabelas 1 e 2; Ao isentarem-se as referidas taxas o Município de Oliveira

de Azeméis estará a apoiar, promover e a incentivar a prática de festividades tradicionais e culturais, justificando-se assim o interesse público municipal e até como forma de incentivo ao desenvolvimento de atividades culturais, desportivas, religiosas, entre outras nos termos e para os efeitos do art.º 23.º n.º 2 alíneas e) e m) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações; Nos termos do n.º 9, do Art.º 16.º da Lei n.º 73/2013, na sua redação atual, o reconhecimento do direito à isenção é da competência da Câmara Municipal, no estrito cumprimento dos pressupostos fixados na deliberação da Assembleia Municipal, no caso via critérios estabelecidos no regulamento citado; Nos termos das alíneas o) e u) do n.º 1, do Artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com posteriores alterações, compete à Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio à realização de eventos com interesse para o município e apoiar atividades de natureza social, cultural, educacional, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município; Assim, no uso das competências da Câmara Municipal, e com base nos fundamentos e verificadas as condições mencionadas, reconheço o direito e proponho a isenção do pagamento das taxas identificadas na tabela 1, apresentada em documento anexo à presente proposta de deliberação. Ainda, nos termos do n.º 3, do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com posteriores alterações e dadas as circunstâncias excecionais e por motivo de urgência não ter sido possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, e no uso excecional das competências atribuídas ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, e com base nos fundamentos e verificadas as condições mencionadas, foi reconhecido o direito à isenção do pagamento das taxas para atividades ruidosas temporárias referidas na tabela 2, também apresentada no documento anexo à presente proposta, devendo este ato ser submetido a ratificação na reunião de Câmara Municipal. Mais se efetue a devida publicação, nos termos e para os efeitos do n.º 1, do Art.º 79º da Lei n.º 73/2013.” Após análise e votação na forma legal foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada, em conformidade com a informação técnica prestada pelos serviços. =====

===== **COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES** =====

===== **PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS DEVIDAS PELA UTILIZAÇÃO DOS TRANSPORTES MUNICIPAIS (I/58000/2024) - APROVAÇÃO** *(gravação 01:22:00):* Pelo Senhor Vereador Hélder Simões, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - A deliberação da Assembleia Municipal, na sua Sessão Ordinária de 28 de Abril de 2017; - Que os transportes constantes da listagem anexa integram os fundamentos que determinam as isenções atribuídas na sua deliberação e estão dentro do número limite global de transportes a conceder; - Nos termos do art. 11º do Regulamento Municipal de Cedência de Viaturas Municipais podem ser isentos de pagamento de taxas de utilização os pedidos de cedência e/ou utilização para apoio a eventos de importância promocional, de representação e de divulgação do município; - De acordo com a deliberação supra identificada os transportes das entidades constantes na listagem em anexo, configuram interesse público Municipal para

efeitos de isenção; - O pedido de isenção das coletividades relativamente aos transportes realizados/a realizar; Propõe-se que: - Seja avaliado o interesse público Municipal das atividades realizadas pelas entidades desportivas e recreativas constantes da listagem anexa, nomeadamente pelo papel que desempenham na promoção, representação e divulgação do município; - A Câmara Municipal reconheça a isenção das taxas devidas; - Após assumido o transporte, o município possa recorrer ao aluguer para realização do mesmo, por indisponibilidade dos motoristas ou avaria das viaturas municipais.” Após análise e votação na forma legal foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada, em conformidade com a informação técnica prestada pelos serviços. =====

===== **EMPREITADAS** =====

===== **EMPREITADA: “REABILITAÇÃO DA CASA SEQUEIRA MONTERROSO - FÓRUM MUNICIPAL” - PROCESSO Nº 006/2020/DEC (I/60173/2024) - APROVAÇÃO DE PLANOS DE TRABALHO** *(gravação 01:22:35)*: Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta o documento com a referência I/55207/2024, proponho a aprovação do Plano de Trabalho, do Plano de Mão de Obra, do Plano de Equipamentos e do Cronograma Financeiro, da Empreitada “Reabilitação da Casa Sequeira Monterroso - Fórum Municipal”, no seguimento da aprovação da 2ª Prorrogação de Prazo. Processo nº 006/2020/DEC. Tem compromisso de fundo disponível (CFD) nº 1833/2021.” Após análise e votação na forma legal foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada, em conformidade com a informação técnica prestada pelos serviços.=

===== **EMPREITADA: “REABILITAÇÃO DA CASA SEQUEIRA MONTERROSO - FÓRUM MUNICIPAL” - PROCESSO Nº 006/2020/DEC (I/58167/2024) - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DE APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO DOS TRABALHOS COMPLEMENTARES Nº 03** *(gravação 01:23:00)*: Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Nos termos e para efeitos do n.º 3 do artigo 35º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e posteriores alterações, a ratificação do meu despacho de aprovação da minuta do contrato da 3ª modificação objetiva dos trabalhos complementares, proferido em 04/09/2024, no I/48980/2024.” Após análise e votação na forma legal foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada, em conformidade com a informação técnica prestada pelos serviços. =====

===== **EMPREITADA: “PARQUE URBANO / CENTRO DE INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL DA CIDADE DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS” - PROC. 020/2022/DEC - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DE APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO DA 2ª MODIFICAÇÃO OBJETIVA DO CONTRATO (I/58540/2024)** *(gravação 01:23:35)*: Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Nos termos e para efeitos do n.º 3 do artigo 35º do Anexo I da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e posteriores

alterações, a ratificação do meu despacho de 02/09/2024 de aprovação da minuta do contrato da 2ª modificação objetiva do contrato, relativa aos trabalhos complementares aprovados no I/54572/2024.” O Senhor Vereador **José Campos**, referiu que *(gravação 01:24:20)*: Senhor Presidente, nós vamo-nos abster, no diz respeito a estas matérias do Centro Ambiental é conhecida a nossa posição. Só chamar aqui a atenção para a qualidade de algumas digitalizações que nos fizeram chegar, os quadros não são muito visíveis. Após análise e votação na forma legal, foi deliberado, por maioria, com três abstenções dos Senhores/as Vereadores/as do PSD, quatro votos a favor dos Senhores/as Vereadores/as do PS e o voto a favor do Senhor Presidente em exercício, aprovar a proposta apresentada. =====

===== **EMPREITADA: “EXECUÇÃO DAS REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DE FAJÕES, MACINHATA DA SEIXA, OSSELA E CESAR E REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DE FAJÕES” - LOTE 3 - PROCESSO N.º 009/2022/DEC (I/59372/2024) - RATIFICAÇÃO DO AUTO DE MEDIÇÃO N.º 03 (I/52025/2024 DATADO DE 09/08/2024) E AUTO DE MEDIÇÃO N.º 04 (I/56204/2024 DATADO DE 13/09/2024)** *(gravação 01:24:50)*: Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Propõe-se a ratificação dos meus despachos (em anexo) referentes à aprovação dos: - Auto de Medição n.º 03 (I/52025/2024 datado de 09/08/2024), referente a trabalhos contratuais, com o valor de 8 300,05 Euros, ao qual acresce o valor do IVA à taxa legal; - Auto de Medição n.º 04 (I/56204/2024 datado de 13/09/2024), referente a trabalhos contratuais, com o valor de 20 810,32 Euros, ao qual acresce o valor do IVA à taxa legal; da Empreitada em assunto, aprovados, nos termos e em cumprimento do disposto no n.º 3 do art.º 35.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.” Após análise e votação na forma legal foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada, em conformidade com a informação técnica prestada pelos serviços.=

===== **EMPREITADA: “REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DA ANTIGA GARAGEM JUSTINO PARA OFICINA DE ARTES” - PROCESSO N.º 021/2024/DEC - RATIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO INTERNA DE APRECIACÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, COMPROMISSOS DE TERCEIROS E MINUTA DO CONTRATO (I/60306/2024)** *(gravação 01:25:25)*: Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - Era urgente a apreciação dos Documentos de Habilitação, Compromissos de Terceiros e Minuta do Contrato, pelo motivo desta empreitada ser submetida a candidatura POSEUR; - Pelos factos expostos no ponto anterior, e ao abrigo do disposto no n.º 3 do art.º 35º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Sr. Presidente da Câmara Municipal, aprovou os referidos documentos para tramitação do procedimento. Propõe-se: A ratificação do meu despacho na informação interna de apreciação dos Documentos de Habilitação, Compromissos de Terceiros e Minuta do Contrato (I/59462/2024 datado de 19/09/2024) em anexo, da Empreitada em assunto, aprovado, nos termos e em cumprimento do disposto no n.º 3 do art.º 35.º do Regime Jurídico das Autarquias

Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.” Após análise e votação na forma legal foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada, em conformidade com a informação técnica prestada pelos serviços.=====

===== **EMPREITADA: EMPREITADA “IMPLANTAÇÃO DE PASSEIOS NA ZONA SUL DA CIDADE - TROÇO 1 + TROÇO 2” - PROCESSO N.º 022/2024/DEC - RATIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO INTERNA DE APRECIACÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, COMPROMISSOS DE TERCEIROS E MINUTA DO CONTRATO (I/60304/2024)** (gravação 01:25:50):

Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “ Considerando que: - Era urgente a apreciação dos Documentos de Habilitação, Compromissos de Terceiros e Minuta do Contrato, pelo motivo desta empreitada ser submetida a candidatura Norte 2030; - Pelos factos expostos no ponto anterior, e ao abrigo do disposto no n.º 3 do art.º 35º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Sr. Presidente da Câmara Municipal, aprovou os referidos documentos para tramitação do procedimento. Propõe-se: A ratificação do meu despacho na informação interna de apreciação dos Documentos de Habilitação, Compromissos de Terceiros e Minuta do Contrato (I/58699/2024 datado de 18/09/2024) em anexo, da Empreitada em assunto, aprovado, nos termos e em cumprimento do disposto no n.º 3 do art.º 35.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado, por maioria, com três abstenções dos Senhores/as Vereadores/as do PSD, quatro votos a favor dos Senhores/as Vereadores/as do PS e o voto a favor do Senhor Presidente em exercício, aprovar a proposta apresentada. =====

===== **PLANEAMENTO E GESTÃO URBANÍSTICA** =====

===== **PRINCÍPIOS GERAIS E NORMAS TÉCNICAS DE DESMATERIALIZAÇÃO DOS PROCESSOS URBANÍSTICOS (I/60275/2024) - APROVAÇÃO** (gravação 01:26:20):

Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: 1. O SIMPLEX integra medidas de simplificação, modernização e inovação, consagrando o digital como regra de atuação enquanto forma de melhorar a qualidade dos serviços públicos, centradas em eventos de vida relevantes para as pessoas e das empresas. 2. Estas medidas visam melhorar o ambiente de negócios e facilitar o acesso aos serviços públicos por todas as pessoas, reforçando também a capacidade interna da Administração Pública para responder cabalmente às necessidades da sociedade que serve. 3. O SIMPLEX contribuindo para uma economia mais competitiva e uma sociedade mais inclusiva. 4. No contexto simplex surge o projeto de desmaterialização de processos na administração, que traz mudanças significativas para o funcionamento interno e para a dinâmica da organização resultando numa maior eficiência, redução de custos, segurança de dados e melhoria da experiência do cliente, proporcionando uma base sólida para o crescimento e sucesso das organizações no cenário competitivo atual; 5. Nesse seguimento, e acompanhando a tendência legislativa em

matéria urbanística, nomeadamente o art. 8.º a.º A do RJUE, há uma aposta clara do Município de Oliveira de Azeméis em soluções tecnológicas que acrescentam valor às operações administrativas e garantem uma melhoria significativa dos serviços prestados ao cidadão, que resultarão na afirmação e consolidação da transição digital no Município; E ainda que: 1. A Administração Pública deve pautar-se por critérios de eficiência, economicidade e celeridade, devendo ser organizada de modo a aproximar os serviços das populações e de forma não burocratizada (art. 5.º do CPA) 2. Os órgãos e serviços da Administração Pública devem utilizar meios eletrónicos no desempenho da sua atividade, de modo a promover a eficiência e a transparência administrativas e a proximidade com os interessados (art. 14.º n.º 1 do CPA); 3. Os municípios dispõem de atribuições no domínio do Ordenamento do território e urbanismo (art. 23.º n.º 2 alínea n) da Lei 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações); Propõe-se, nos termos do art. 8.º A do RJUE, 5.º e 14.º n.º 1 do CPA e art. 23.º n.º 2 alínea n) da Lei 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações: 1. A aprovação dos “Princípios gerais e normas técnicas de desmaterialização dos processos urbanísticos”, em anexo; 2. A publicação no Boletim municipal e no sítio institucional do município, nos termos e para os efeitos, do art. 159.º do CPA.” A Senhora Vereadora **Carla Rodrigues**, referiu que ^(gravação 01:27:10): Senhor Presidente, nós votaremos a favor. Saudamos, de facto, a desmaterialização dos processos urbanísticos e a simplificação da vida das pessoas, e o abandono de excesso de burocracia na relação das pessoas com as entidades públicas, com a Autarquia. Portanto, achamos bem que a Câmara Municipal faça esse caminho. E já temos vindo a falar disso algumas vezes. Gostaria só de alguns esclarecimentos: O documento tem aqui algumas imprecisões, nomeadamente os pontos, do ponto quatro passa-se para o ponto sete, há aqui algumas correções a fazer. Mas, eu gostaria de perguntar: nós temos em funcionamento, em vigor, as normas para instrução dos processos relativos às operações urbanísticas, temos um documento com 66 páginas, com todo o procedimento. O que é que eu pretendo saber: Se este documento vai revogar aquele documento anterior? Se vai? Tem que o dizer. Ou se vai complementar o Regulamento anterior? Algumas coisas que são contraditórias. Portanto, o que acontece às normas para instrução dos processos relativos a operações urbanísticas que estão em vigor no nosso Município? Depois, nós temos aqui outra questão que se prende com o processo de simplificação dos licenciamentos no âmbito urbanístico, que tem mais amplo do que a mera desmaterialização. Foi aprovado o Decreto-Lei 10/2024, em 8 de janeiro, e impõe vários procedimentos às autarquias, nomeadamente impõe também a alteração ao nosso Regulamento Municipal. E eu pergunto: Se isso está a ser feito? E para quando a alteração ao nosso Regulamento, ao RMUE? Que, segundo o Decreto-Lei, já deveria ter sido feito em abril deste ano. Gostaria de perguntar: estes prazos - porque, nós estamos hoje a aprovar estas normas de desmaterialização, amanhã, segundo sabemos, ou hoje mesmo, vai haver uma ação de sensibilização, mas já segunda-feira isto se aplica, - se isto não é demasiadamente curto para a adaptação das pessoas a este novo processo? Isto também tem de ser publicado, estas normas têm de ser publicadas, para se aplicarem, para entrarem em vigor. Se não há aqui um período demasiado curto para as pessoas na segunda-feira já não poderem apresentar os documentos

presencialmente na Câmara Municipal? Se não deveria ter havido aqui mais informação? Porque, isto foi tudo numa questão de meia dúzia de dias que nós tomámos conhecimento disto: vamos fazer a ação e vai aplicar-se. Se não estamos aqui a andar agora nesta fase demasiado depressa e se não vamos prejudicar aqui, de alguma forma, a implementação de uma medida que, à partida, é uma medida que, esperemos que, seja bem implementada que surta efeito e que simplifique a vida das pessoas. **O Senhor Presidente em exercício**, referiu que ^(gravação 01:30:30): Duas ou três notas, depois também pedia à Senhora Vereadora, se quiser acrescentar mais alguma coisa. Eu julgo que, não dominando este assunto, é complementar, o documento. Quanto aos prazos apertados: isto é um trabalho que já vem sendo de sensibilização e de partilha de informação de todos estes assuntos, presumo, com os técnicos que, geralmente se relacionam com a Câmara Municipal, tem acontecido nos últimos meses. Também dar nota que, a maior parte destes técnicos que trabalham com a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis trabalham com outras câmaras. E em outras câmaras este tipo de serviço já é feito. Portanto, nós, mais uma vez, estamos a encurtar algumas distâncias e a permitir que isto possa acontecer rapidamente. Porque, não é um trabalho que foi feito esta semana, obviamente a aprovação destes documentos foi conhecida esta semana do grande público com essa sessão que a Senhora Vereadora referiu. É um trabalho que está a acontecer há algum tempo de sensibilização, de informação de todos os nossos colaboradores das Obras Particulares com os técnicos e da Senhora Vereadora. O quanto antes, nós queremos começar a trabalhar neste sentido. Dizer ainda que, qualquer constrangimento que possa acontecer, a partir da próxima semana, qualquer dificuldade que um algum técnico possa ter, nós daremos o apoio necessário e não vamos deixar que nenhum processo que nenhum problema afete o regular funcionamento da instituição a este nível. A Senhora Vereadora **Carla Rodrigues**, referiu quinda que ^(gravação 01:32:35): Senhor Presidente: dizer que este documento que é complementar das normas para instrução dos processos; Não é necessariamente complementar, porque há normas que lá estão que implica a apresentação das peças em papel e que implica os duplicados. Portanto, tem que haver aqui uma harmonização destas duas normas. **O Senhor Presidente em exercício**, questionou: Está a falar da forma como carregar os documentos? A Senhora Vereadora **Carla Rodrigues**, referiu que: Eu estou a falar que, nós já temos em vigor um documento com as normas para instrução de processos relativos às operações urbanísticas. E estão lá regras que deixam de se aplicar agora. Portanto, tem que haver uma harmonização entre estas duas Normas, não podem estar em vigor Normas que não são compatíveis em alguns aspetos, tem de haver alguma harmonização. **O Senhor Presidente em exercício**, referiu que ^(gravação 01:33:30): Sim. E essa harmonização é feita. Aquilo que nós temos, no fundo, é a forma de carregar os documentos ou de os receber. Nós deixamos de receber o mesmo documento que o técnico terá no seu computador, porque hoje em dia não é nada escrito à mão, os documentos que entregam em papel na Câmara Municipal até agora são documentos que já são feitos e programas informáticos que têm pdf, portanto, é só pegar nesses documentos e, em vez de os entregar em papel, carregá-los na plataforma. Essas questões mais técnicas de ajustar um ou outro item da Norma para dar corpo a essa plataforma e poder funcionar com estas Normas, obviamente

que, sim, que isso será feito. Após análise e votação na forma legal foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada, em conformidade com a informação técnica prestada pelos serviços. =====

===== **OUTROS** =====

===== **ADITAMENTO AO PROJETO DE DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO EMPRESA INTERMUNICIPAL PERM EIM (I/60452/2024) - RATIFICAÇÃO E CONVALIDAÇÃO DOS ATOS** (gravação 01:34:30): “Considerando - Que na reunião de Câmara Municipal de 12.09.2024, foi aprovada a Dissolução e Liquidação da empresa intermunicipal PERM EIM (i/57025/2024); - que entretanto, a 19/09/2024, foi rececionado Aditamento ao referido projeto de dissolução e liquidação; - Que, em circunstâncias excepcionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a Câmara Municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática sob pena de anulabilidade (art.º 35.º n.º 3 do Anexo I, à Lei 75/2013, de 12.09); Dada a urgência, aprovo o presente Aditamento e documentação anexa, bem como a convalidação de atos à data em que os mesmos foram praticados. Submeta-se a ratificação nos termos mencionados.” Após análise e votação na forma legal foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada, em conformidade com a informação técnica prestada pelos serviços. =====

===== **MINUTA DE CONTRATO DE PATROCÍNIO - WSE CONTINENTAL CUP (SUPER TACA EUROPEIA, MASCULINA) - 26 E 27 DE OUTUBRO DE 2024 (I/60280/2024) - APROVAÇÃO** (gravação 01:35:25): Pelo Senhor Vereador Hélder Simões, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - a proposta apresentada pela empresa SIGMACOSNTELLATION, LDA, para realização do WSE Continental Cup (Supertaça Europeia, Masculina), a 26 e 27 de outubro de 2024, em Oliveira de Azeméis; - o Município de Oliveira de Azeméis promove, desenvolve e apoia iniciativas de âmbito desportivo, cultural e social, fundamentais para o Concelho. - o Município de Oliveira de Azeméis reconhece a dimensão deste evento, que se enquadra nos interesses da promoção da modalidade, da prática desportiva e na dinamização e promoção do território, mostrando a capacidade de organização e atração de grandes eventos desportivos, nomeadamente no hóquei em patins. - A tradição e as condições únicas do Concelho de Oliveira de Azeméis para a realização deste tipo de evento desportivo, bem como o carinho dos Oliveirenses por esta modalidade; - A WSE Continental Cup, muitas vezes apelidada de Supertaça Europeia, Masculina, é a principal competição europeia de clubes de Hóquei Patins, logo no arranque de época e é organizada pela WSE - World Skate Europe; - A Final Four deste ano decorrerá a 26 e 27 outubro e reunirá as quatro equipas, das melhores equipas europeias, Vencedoras e Finalistas da WSE Champions League e WSE Cup: Sporting Clube Portugal e União Desportiva Oliveirense, Igualada Hóquei Club e Follonica Hockey, respectivamente. - Nos termos do n.º 3, do art.º 46º

- Apoios Financeiros - da Lei n.º 5/2007, de 16.01: “Os apoios ou participações financeiras concedidas pelo Estado, pelas Regiões Autónomas e pelas autarquias locais, na área do desporto, são tituladas por contratos-programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da lei;” - A possibilidade de atribuição de apoios financeiros pelas Autarquias Locais a pessoas singulares ou coletivas pelos artigos 1.º; 3.º n.º 3, 5.º e 9.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 01.10, conjugado com o art.º 46.º n.º 1 e 3 da Lei n.º 5/2007, de 16.01; - As atribuições dos Municípios em matéria de Cultura, Tempos Livres e Desporto, alíneas e) e f), do n.º 2 do art.º 23.º do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro; - se considera de interesse público municipal este evento/prova desportiva, por projetar nacional e internacionalmente este Município e permitir uma maior interação com as populações, dinamizar o comércio local e atrair ao seu território turistas e visitantes; - a natureza de interesse público do evento/ competição será de aceitar por parte do Município eventuais patrocínios financeiros e não financeiros para organização do mesmo. Face ao exposto proponho a aprovação da minuta de contrato de patrocínio, em anexo com a SIGMACOSNTELLATION, LDA, para realização do WSE Continental Cup (Supertaça Europeia, Masculina), a 26 e 27 de outubro de 2024, em Oliveira de Azeméis. Sendo os encargos resultantes daí resultantes, suportados em termos orçamentais, possuindo compromisso de fundo disponível n.º 1638/2024, conforme determina a Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e respetivas alterações.” Após análise e votação na forma legal foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada, em conformidade com a informação técnica prestada pelos serviços. =====

===== **REUNIÃO PÚBLICA - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** =====

===== Aberto o período de intervenção do público, o Senhor Presidente em exercício concedeu a palavra ao Senhor **Ricardo Soares**, residente em Madail, que solicitou intervenção da Câmara para a limpeza de um terreno vizinho ao da sua habitação, uma vez proprietário faleceu e o mesmo deixou de ser limpo. O Senhor Presidente em exercício concedeu a palavra ao Senhor **José Lopes**, residente em S. Roque, que reclamou sobre a construção de um muro fora do alinhamento. O Senhor Presidente em exercício concedeu a palavra à Senhora **Alzira Valente**, residente em Cucujães, que solicitou à Câmara para canalizar as águas pluviais, uma vez que quando chove entram na sua propriedade. E solicitou que fossem ao local verificar ao estado em que se encontra a sua residência. O **Senhor Presidente em exercício** respondeu que: “Nós vamos lá. No fim da Reunião, vamos deslocar-nos a sua casa.” O Senhor Vereador **Rogério Ribeiro**, referiu que: A decisão está tomada e que irão avançar com as obras para resolver a situação. quanto tempo. Relativamente à situação do Senhor Ricardo Godinho Soares, referiu que: “Nunca me foi pedida nenhuma reunião, nunca me chegou esse pedido. E que estava disponível para agendar uma reunião com o Senhor Ricardo. O **Senhor Presidente em Exercício**, respondeu que: Sobre as questões levantadas aqui pela Dona Alzira e pelo Senhor Ricardo - nós vamos agendar reunião e vamos ao local para tentar resolver isto uma vez por todas. Relativamente à questão do Senhor José, referiu que: os fiscais já se deslocaram

ao local para verificar o que se passa. E que Câmara Municipal atua sempre dentro da legalidade. No entanto, irá pedir novamente à equipa de fiscalização para se deslocar ao local.

===== Aprovação por minuta: Finalmente, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta, nos termos do n.º 3, e para efeitos do disposto no n.º 4, do artigo 57.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. =====

===== A presente ata foi distribuída por todos os presentes, procedimento que dispensa a respetiva leitura, conforme determina o n.º 4 do D.L. 45.362, de 21 de novembro de 1963. ==

===== E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram 11 horas e 36 minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Senhor Presidente em exercício, Rui Jorge da Silva Luzes Cabral, e por mim, Jaime Manuel da Silva Marques, que a redigi. =====

O Presidente da Câmara Municipal em exercício,

O Secretário,